



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

MARCELO BRAGA DE ALMEIDA

AUDITORIA GOVERNAMENTAL:
PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE

Brasília, DF
2020

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decano de Ensino de Graduação

Professora Doutora Adalene Moreira Silva
Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

MARCELO BRAGA DE ALMEIDA

AUDITORIA GOVERNAMENTAL:
PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Auditoria e Controle Públicos

Brasília, DF
2020

Almeida, Marcelo Braga de.

Auditoria Governamental: procedimentos da Auditoria de Conformidade / Marcelo Braga de Almeida – Brasília, 2020.

Orientador(a): Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2020.

1. Auditoria Interna 2. Governo Federal 3. PGMQ 4. Universidades I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Auditoria Governamental: Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade.

CDD –

MARCELO BRAGA DE ALMEIDA

AUDITORIA GOVERNAMENTAL:
PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Professor Doutor Abimael de Jesus Barros Costa
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Doutora Nara Cristina Ferreira Mendes
Examinadora
Auditora Chefe Adjunta
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

Aos meus pais, Pedro e Cristina, pela educação.

À minha esposa, Tatyane, pela cumplicidade.

Aos meus filhos, Manuela e Miguel, pela motivação.

Aos amigos pela força.

Ao Prof. Dr. Abimael pela oportunidade.

RESUMO

Em decorrência das demandas da sociedade em minimizar as perdas significativas da máquina pública, dentre as principais, o desperdício de dinheiro público, prejuízos econômicos e financeiros através dos diversos entes federativos, encontrou-se no controle interno uma saída para o alcance da eficiência e da eficácia dos processos de governança das entidades públicas. Baseado no modelo de análise e aprimoramento das atividades de controle interno governamental, o Internal Audit Capability Model of the Public Sector (IA-CM), este estudo propôs verificar, à luz do indicador (KPA) 2.1, deste modelo, o nível de maturidade da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB). Para atingir o objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva e qualitativa, com a utilização de entrevistas dirigidas e análise documental, com o intuito de conhecer, detectar e indicar as práticas e procedimentos do indicador, bem como se tais práticas estão institucionalizadas. Os dados levantados confirmaram a capacidade da Auditoria Interna da UnB em realizar uma auditoria de conformidade e de aderência de uma área, de um processo ou de um sistema específico a políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos, contratos ou outros requisitos que regem a condução da área, do processo ou do sistema sujeito à auditoria.

Palavras-chave: Auditoria Interna; Governo Federal; PGMQ; Universidades.

ABSTRACT

Due to the demands of society to minimize the significant losses of the public machinery, among the main ones, the waste of public money, economic and financial losses through the various federal entities, internal control has found a way out to achieve efficiency and efficiency. Governance processes of public entities. Based on the model of analysis and improvement of governmental internal control activities, the Internal Audit Capability Model of the Public Sector (IA-CM), this study proposed to verify, in the light of the indicator (KPA) 2.1, of this model, the level of maturity of the Internal Audit of the University of Brasília (UnB). To achieve the objective, a descriptive and qualitative research was carried out, with the use of directed interviews and documentary analysis, in order to know, detect and indicate the indicator's practices and procedures, as well as whether such practices are institutionalized. The data collected confirmed the capacity of UnB's Internal Audit to perform an audit of compliance and adherence of an area, process or system specific to policies, plans, procedures, laws, regulations, contracts or other requirements that govern the conducting the area, process or system subject to audit.

Keywords: Internal Audit; Federal Government; PGMQ; Universities.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
SUMÁRIO	9
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	10
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Problema da Pesquisa	13
1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos	13
1.3. Justificativa da Pesquisa	14
1.4. Estrutura da Pesquisa	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1. Internal Audit Capability Model (IA-CM)	17
2.2. Auditoria Interna em Universidades Federais	20
2.3. Pesquisas anteriores	21
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 Detalhamento do Indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, do IA-CM	24
3.2 Aplicação de Checklist do Indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, na Auditoria Interna da UnB	25
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	29
4.1 A Auditoria Interna da UnB	29
4.2 Análise descritiva dos dados	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE(S)	46

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Níveis de capacidade.....	18
Figura 2: Matriz do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna.....	19
Quadro 1: Detalhamento do Indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, do IA-CM	24

1. INTRODUÇÃO

A desordem de instituições nacionais da Administração Pública trazida à tona nas últimas décadas reforçou a maior relevância da contabilidade, das auditorias internas e externas e, principalmente, do controle interno. Segundo Andrade (2018), o encargo de controle desempenhado pelo governo tem se mostrado relevante na agenda pública brasileira, notadamente em decorrência dos recorrentes casos de corrupção e desvios de recursos públicos.

De acordo com Marçola (2011), não são os princípios constitucionais, somente, que impõem aos gestores públicos boas práticas na administração, mesmo que seriam suficientes, mas a obrigação da prestação de contas os sujeitam ao controle externo e interno. E concluiu em seu estudo que “a auditoria interna é um mecanismo de controle fundamental na administração pública, que zela pelo funcionamento da organização, tendo ainda um importante papel conselheiro de boas práticas de gestão para o administrador público” (Marçola, 2011, p. 83).

Em sua análise, Monteiro (2015) identificou que a estrutura do Sistema de Controle Interno (SCI) no Brasil é uma obrigatoriedade legal, além de abranger toda a Administração Pública, tornando-se fundamental para a gestão.

Heinz, Alves, Roratto e Dias (2019) verificaram que dentre os principais riscos orçamentários numa administração universitária advém da deficiência de capacitação dos servidores, na ausência de controles internos ou na existência de controles ineficazes, ausência de padronização de atividades, rotinas e manuais específicos, pois auditorias bem preparadas possuem um grande potencial de alcance e minimizam tais riscos.

Este estudo tem como foco a mensuração qualitativa de uma unidade de auditoria interna e contribuirá diretamente com a mitigação desses riscos, que são, a aplicação de multas e sanções por órgãos superiores, atrasos operacionais, tomada de decisões equivocadas devido à qualidade da informação gerada, desperdício de dinheiro público, prejuízos econômicos e financeiros, entre outros, de acordo com Heinz, Alves, Roratto e Dias (2019).

Segundo Sousa, Ritter e Costa (2019), “as universidades federais brasileiras, como um dos setores chaves do investimento, tem um campo de estudo pouco explorado em auditorias internas nas organizações do setor público. No entanto, compõem a estrutura da

Administração Pública e devem desenvolver ações de efetividade que propiciem uma maior qualidade e transparência na gestão”.

Tal relevância foi constatada por Mendes (2019), que apurou um aumento significativo na representatividade da força de trabalho das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES's), de tal modo a compor praticamente a metade (49,42%) de toda a força de trabalho do Poder Executivo Federal.

Não obstante, em outros países, como Portugal, as Instituições de Ensino Superior enfrentam muitos desafios, pois são organizações complexas, com recursos insuficientes e custos operacionais cada vez maiores. Assim, seus gestores não podem abrir mão da avaliação da eficácia operacional e eficiência de suas instituições. Tornando-se relevante os estudos envolvendo o controle interno com o intuito de auxiliar a entidade no cumprimento dos seus objetivos, tal como uma avaliação e melhoria da eficácia da gestão dos processos de risco, controle e governança, conforme S. Machado, S. Serra e P. Gomes (2017)

Rodrigues (2009) apud Laviada, García e Arana (2014) traz em seu estudo os conceitos modernos para as auditorias internas existentes nas estruturas administrativas das universidades públicas espanholas, tais como, princípios de transparência, colaboração e responsabilidade. Os pesquisadores espanhóis verificaram que dentre a atuação do controle interno nessas instituições estão o controle de receitas, despesas, investimentos e orçamentos.

Outrossim, a auditoria interna de uma Organização traz uma impressão positiva na transparência e na gestão dos dispêndios, contribuindo para sua governança. E a busca de sua qualificação traz maior efetividade no processo de controle orgânico das instituições.

O Instituto dos Auditores Internos (IIA), sob coordenação do *The Institute of Internal Auditors Foundation Research* (IIARF) e apoio do Banco Mundial, desenvolveu em 2009, o IA-CM (*Internal Audit Capability Model for the Public Sector*), que consiste num modelo universal de avaliação de capacidade que possibilita a identificação dos elementos necessários para o estabelecimento de uma atividade de auditoria interna efetiva no setor público.

Neste contexto, o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) aprovou a Resolução Nº 006, de 27 de setembro de 2019, que estabelece o modelo IA-CM como referencial metodológico de avaliação da atividade de auditoria interna dos órgãos integrantes do CONACI e recomenda a utilização da Planilha de Avaliação e do Roteiro de Avaliação do IA-CM, elaborados no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Controladoria-Geral da União (CGU), a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), o

Serpro e o CONACI.

Este estudo aplicará o modelo IA-CM na Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) da Universidade de Brasília (UnB), com o intuito diagnosticar se as práticas e procedimentos são sustentáveis no primeiro indicador – conformidade, do nível de capacidade 2 – infraestrutura, na unidade e o padrão de serviço que ela pode prestar à UnB. A utilização do IA-CM contribuirá para o aprimoramento contínuo da atividade de auditoria interna na UnB, de forma convergente com as melhores práticas internacionais.

O modelo IA-CM estabelece seis elementos essenciais para uma atividade de auditoria interna, são eles: Serviços e papel da auditoria interna; Gestão de Pessoas; Práticas Profissionais; Gerenciamento de desempenho e responsabilidade; Relações Organizacionais e Cultura; e Estruturas de governança. Os processos, referidos como áreas chave de processo (KPAs) no IA-CM, estão relacionados aos seis elementos e podem ser encontrados em cada nível de capacidade.

1.1.Problema da Pesquisa

Qual é o nível de maturidade da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade”, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, do Internal Audit Capability Model (IA-CM)?

1.2.Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Objetivo Geral:

a) Analisar o nível de maturidade da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade”, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, do Internal Audit Capability Model (IA-CM).

Objetivos Específicos:

a) Conhecer quais práticas e procedimentos do indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade”, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, são exigidos pelo modelo IA-CM;

b) Detectar quais práticas e procedimentos de auditoria do indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade”, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura estão implementados na auditoria interna; e

c) Indicar quais práticas e procedimentos de auditoria do indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade”, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, necessitam ser implementados na auditoria interna.

1.3. Justificativa da Pesquisa

A partir do momento em que a Administração Pública se apresenta com despreparo às demandas da sociedade, o controle interno deve ser aplicado em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades, segmentado em três linhas básicas de atuação na busca pela aplicação eficiente, eficaz e efetiva dos recursos.

Com intuito de dirimir diferenças que afetam a prática de auditoria interna no setor público, a conformidade com as diretrizes instituídas pelo governo brasileiro em consonância com as normas internacionais se torna imprescindível.

O Poder Executivo Federal (PEF) estabeleceu a implementação de um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) nas UAIG com a finalidade de instituir os preceitos contidos nas normas internacionais que regulamentam a prática profissional de auditoria interna.

A convergência no estabelecimento de uma uniformização nas práticas das UAIG torna-se relevante ao viabilizar tal padronização e possibilitar a comparação entre as unidades de auditoria. A busca na adequação ao PGMQ proporciona a melhoria de tais práticas.

Portanto, ao aplicar o modelo IA-CM na UAIG da UnB no nível de maturidade pré-estabelecido, este estudo contribuirá diretamente com seu PGMQ, estabelecendo um parâmetro que promoverá uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionarão a entrega do produto de alto valor agregado, para atender todas as expectativas das partes interessadas.

1.4. Estrutura da Pesquisa

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. Neste primeiro é realizada a introdução ao tema, o problema do estudo, o objetivo geral e os específicos e sua justificativa.

No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica, a apresentação do modelo IA-CM, as auditorias internas das Universidades Federais e pesquisas anteriores.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados, bem como o detalhamento do KP1 e o *checklist* realizado.

No quarto capítulo é feita a descrição e a análise dos dados levantados na auditoria interna da Universidade de Brasília, tal qual sua análise descritiva.

No quinto e último capítulo são constituídas as considerações finais contendo o relato dos principais resultados encontrados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Princípio fundamental dentre as atividades da Administração Federal, o controle é exercido em todos os níveis e em todos os órgãos, particularmente, pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria, previsto no ano de 1967, conforme Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro.

Através da Constituição Federal de 1988, regulou-se o sistema de controle interno, onde determinou, entre outras, “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal”.

Sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta, vinculadas aos Ministérios, são responsáveis pelo exame e emissão de parecer sobre a prestação de contas anual da entidade, dentre outras.

O Ministério da Transparência (MT) e a Controladoria-Geral da União (CGU), em 2017, na autoridade do Secretário Federal de Controle Interno, editaram uma Instrução Normativa (IN), de número 3, em que estabelece os princípios, as diretrizes e os requisitos fundamentais para a prática profissional da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal. A norma formaliza a auditoria interna governamental como uma atividade independente, de avaliação e de consultoria, que tem como finalidade auxiliar as organizações públicas a atingirem seus objetivos.

Na Seção III, do Capítulo IV, a IN trata da Gestão e Melhoria da Qualidade, que tem como objetivo a promoção de uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos buscando atender às expectativas das partes interessadas, ou seja, clientes internos e externos (gestores da Administração Pública) e beneficiários (sociedade).

De acordo com a IN 3, uma UAIG deve instituir e manter um PGMQ que abrange toda a atividade de auditoria interna da instituição pública. Contudo, o PGMQ de uma UAIG deve ser avaliado através de trabalhos de especialistas externos de acordo com os critérios de conformidade e de qualidade estabelecidos pelo próprio Programa.

2.1. Internal Audit Capability Model (IA-CM)

Segundo a IARF (2009), em 2004, o Comitê do Setor Público (PSC) recomendou que um IA-CM deveria ser desenvolvido para reforçar a importância da auditoria interna em governança e prestação de contas do setor. Reconheceu-se que a auditoria interna poderia variar significativamente de país para país devido às diferenças de práticas de gestão, processos e cultura de um governo específico. O PSC identificou a necessidade de um modelo universal em que a auditoria interna do setor público poderia utilizar como ferramenta de auto avaliação e desenvolvimento para avaliar seu progresso e determinar as necessidades de treinamento e capacitação.

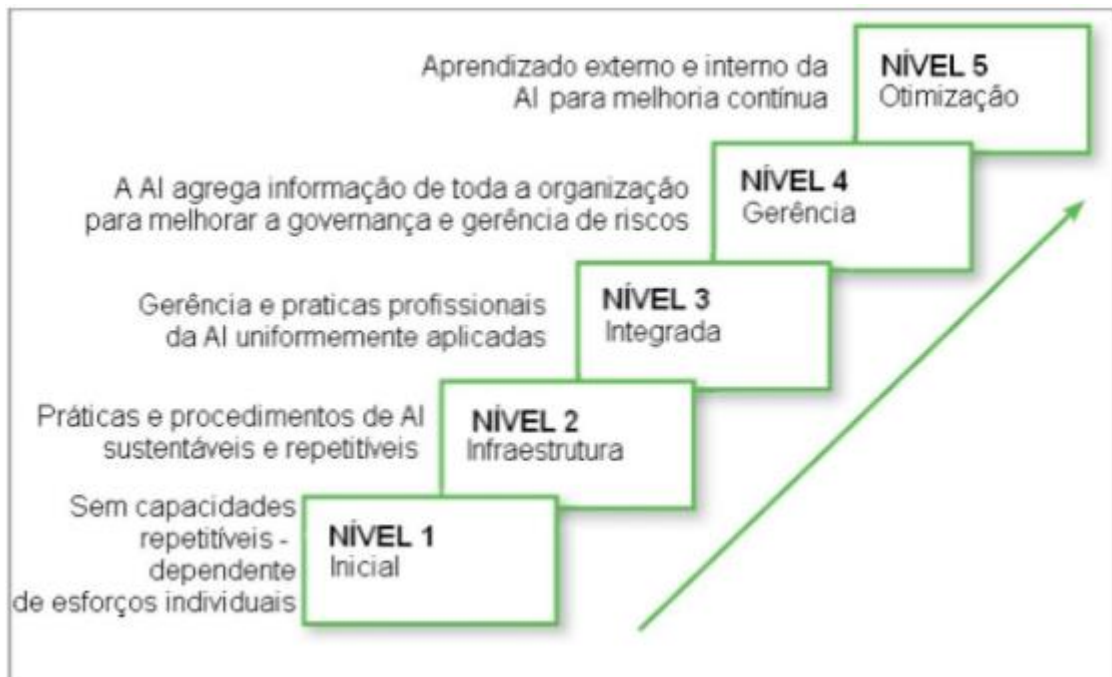
Ao mesmo tempo, governos de todos os níveis - nacional, regional e local - estavam reconhecendo a importância da auditoria interna para melhorar a economia, a eficiência e eficácia de todos os níveis da administração do setor público. Havia claramente a necessidade de um modelo universal de governança do setor público que incluía a auditoria.

O Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), publicado em 2009, pelo *The Institute of The Internal Auditor Foundation Research – IARF*, é uma estrutura voltada para o setor público que busca identificar os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz. De acordo com Macrae (2010), o IA-CM se destina a ser utilizado globalmente como base para implementar e institucionalizar uma auditoria interna eficaz do setor público e como roteiro para melhorias ordenadas com a finalidade de fortalecer as capacidades da auditoria interna.

A estrutura subjacente do IA-CM é derivada de um *Capability Maturity Model (CMM)*, que por sua vez é baseado nos princípios de gerenciamento de qualidade. O modelo de capacidade foi desenvolvido em parte com uma adaptação do CMM do *Software Carnegie Mellon Software Engineering Institute* e o mais recente Relatório Técnico, *CMMI for Development, Versão 1.2*, conforme Macrae (2010).

O modelo compreende cinco níveis de capacidade progressivos, com cada nível descrevendo as características e os recursos de uma atividade de auditoria nesse nível. Os níveis ilustram as etapas pelas quais a auditoria interna pode evoluir, pois define, implementa, mede, controla e aprimora seus processos e práticas. A implementação de processos repetíveis e sustentáveis em um nível fornece a base sobre a qual avançar para o próximo nível, conforme o modelo apresentado na figura 1.

Figura 1: Níveis de capacidade.



Fonte: IIARF (2009 p. 17)

De acordo com o IIARF (2009), para cada estágio ou nível de capacidade, foram pré-estabelecidas as *key process áreas* (KPA), ou áreas de processo principal, as quais, quando institucionalizadas, desencadeiam a evolução do nível de capacidade da atividade de auditoria interna. As áreas de processo estão distribuídas em seis diferentes elementos e são essenciais na composição de uma atividade de auditoria interna, segundo a “matriz de uma página” representada pela figura 2:

Figura 2: Matriz do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna.

	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e Responsabilização	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
Nível 5 – Otimização	AI reconhecido como agente-chave de mudança	Envolvimento da Liderança com Organizações Profissionais Projeção da MO	Melhoria Contínua em Práticas Profissionais Estratégia de Planejamento de AI	Relatório Público sobre sua efetividade	Relações efetivas e permanentes	Independência, Poder e Autoridade da Atividade de AI
Nível 4 – Gerenciado	Asseguração da governança, gestão de riscos e controles	AI contribui para o desenvolvimento da gestão A Atividade de AI Apoiá Classes Profissionais Planejamento de Mão-de-obra	Estratégia de Auditoria alavanca a gestão de risco da organização	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas	CAE Aconselha e Influencia a Mais Alta Gerência.	Supervisão Independente das atividades de AI CAE Informa à Autoridade de Mais Alto Nível
Nível 3 – Integrado	Serviços de Consultoria Auditorias de Desempenho/Operacionais	Criação de Equipe e Competência Profissionais Qualificados Coordenação de força de trabalho	Estrutura de Gestão da Qualidade Planos de auditoria baseados em riscos	Medidas de Desempenho Informações de Custos Relatórios de Gestão de AI	Coordenação com Outros Grupos de Revisão Componente Essencial da Equipe de Gestão	Supervisão gerencial da Atividade de AI Mecanismos de Financiamento
Nível 2 – Infraestrutura	Auditoria de Conformidade	Desenvolvimento Profissional Individual Pessoas Habilidosas Identificadas e Recrutadas	Práticas Profissionais e Processos Estruturais Plano de Auditoria Baseado em Prioridades da gestão e stakeholders	Orçamento Operacional de AI Plano de Negócio de AI	Gerenciamento Dentro da Atividade de AI	Acesso Pleno às Informações da Organização, Ativos e Pessoas Fluxo de relatórios de auditoria estabelecido
Nível 1 – Inicial	Ad hoc e sem estrutura; auditorias isoladas e únicas ou revisões de documentos e transações para exatidão e conformidade; saídas dependentes de habilidades de indivíduos específicos segurando a posição; sem práticas específicas de profissionais estabelecidas a não esses fornecidos por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; ausência de infraestrutura; auditores provavelmente participantes de uma unidade de organização maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, sem áreas específicas de processo.					

Fonte: IARF (2009 p. 43, conforme Anexo A).

Na primeira coluna da esquerda da “matriz de uma página” estão dispostos os níveis de capacidade, de forma crescente de baixo para cima. Os elementos de cada KPA estão dispostos horizontalmente e são identificados por blocos que compõem cada nível de maturidade. Os KPAs destacados na cor mais escura são aqueles em que a auditoria tem mais oportunidade de institucionalizá-los de forma independente (IARF, 2009).

A capacidade de uma unidade de auditoria interna em implementar um KPA, sem depender de influências do ambiente externo, de forma independente, diminui à medida em que os níveis de maturidade se deslocam para cima e para a direita (IARF, 2009).

Além de dominar o KPA, a unidade de auditoria interna deverá torná-lo sustentável e repetível ao incorporar as atividades em sua cultura organizacional. Ao implementar os KPAs de um determinado nível se estabelece uma base de práticas para o próximo estágio. Ao dominar tais capacidades, certas características comuns devem estar presentes, pois

apresentam os meios para implementar e garantir a sustentabilidade do KPA e compreende o compromisso com o desempenho, a capacidade de execução as atividades realizadas, a medição e verificação (IIARF, 2009).

2.2. Auditoria Interna em Universidades Federais

A sociedade, como um todo, confere totais poderes aos gestores públicos. Em consonância, os controles internos e externos asseguram a avaliação permanente dos atos praticados por esses gestores, segundo Marçola (2011), que conclui ser “correto dizer ainda que os controles são como mecanismos de preservação das instituições públicas e de prevenção da ilicitude”.

Rodrigues (2019) analisou as atividades desenvolvidas pelas Auditorias Internas (AUDIN) no âmbito das Universidades Federais Brasileiras. Os dados obtidos em 2017, por intermédio da Lei de Acesso a Informações (LAI), Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) apontaram que mais de um terço das atividades desenvolvidas nas AUDIN's estão ligadas ao assessoramento e orientações a gestores, acompanhamento da implementação de recomendações dos órgãos de controle interno/externo e emissão de relatórios que promovem a transparência ativa, por parte destas unidades, sem restringir-se à avaliação dos controles adotados pelas instituições.

Em relação ao assessoramento, cabe ressaltar que a IN 3 veio com o intuito de formalizar essa atuação da auditoria interna independente, tendo em vista tal atividade, invariavelmente, ter sido desempenhada de maneira informal, contudo, sem ser considerada uma atividade inerente à unidade de auditoria de uma determinada organização pública.

Sousa, Ritter e Costa (2019) avaliaram a qualidade e transparência na gestão pública e consideraram, como pressuposto, a importância da AUDIN como instrumento capaz de proporcionar maiores controles. Replicaram metodologia utilizada no artigo “Fatores que afetam a eficácia da Auditoria Interna: um levantamento do setor público saudita” realizado por Alzeban e Gwilliam (2014), para verificar a eficácia da Auditoria Interna no contexto das universidades federais brasileiras.

A pesquisa de Sousa, Ritter e Costa (2019) realizou um pré-teste na UnB, com a aplicação de um questionário para Alta Administração e Auditoria Interna, bem como o levantamento do perfil dos mesmos, e que em razão de limitações expostas no estudo

possibilitou apenas uma análise descritiva dos dados obtidos através de questionário, apresentou-se uma disparidade nos dados resultantes das percepções tanto em um como de outro, sendo que esses dados, por si só, apresentaram enorme contribuição ao traçar o perfil dos responsáveis pela tomada de decisão no contexto das universidades brasileiras.

2.3. Pesquisas anteriores

Em pesquisa publicada no ano de 2014, Mcrae e Gils aplicaram questionário do IIARF, seguindo o modelo IA-CM, em mais de 13.500 profissionais de auditoria de 107 países divididos em 7 regiões, com o intuito de analisar o nível de maturidade estipuladas pelo modelo, especificamente para o setor público. Os resultados da pesquisa foram usados para avaliar o desempenho geral das atividades de auditoria interna do setor público e reafirmaram a aplicabilidade, relevância e utilidade do modelo IA-CM para benchmarking de práticas essenciais e melhoria das capacidades.

Em termos de desempenho do nível de capacidade global, a maioria dos respondentes (62%) encontraram-se no Nível 2 (Infraestrutura), enquanto cerca de um terço (34%) permaneceram no Nível 1 (Inicial). Menos de 5% de todas as atividades de auditoria interna do setor público alcançaram níveis de capacidade mais elevados, embora mais de dois terços das atividades de auditoria interna no setor público existiam há sete anos ou mais. O Nível 3 (Integrado) é o nível que a maioria das instituições almejam alcançar para garantir a eficácia da auditoria interna no cumprimento dos padrões profissionais e da governança das organizações.

No entanto, Mcrae e Gils apontaram que pode haver fatores dentro da própria atividade de auditoria interna ou no ambiente da organização que impactam na obtenção desse nível. As respostas da pesquisa mostraram que a região dos Estados Unidos e Canadá possuem as atividades de auditoria interna mais avançadas. Entre seus pontos fortes, os dois países da América do Norte promoveram o melhor em termos de treinamento para seus auditores, o número de certificações profissionais para seus gestores, conformidade geral com todas as normas e o estabelecimento de um comitê de auditoria ou práticas equivalentes e resultantes.

Constataram também, que as atividades de auditoria interna em níveis de capacidade inferiores não são sustentáveis e não irão evoluir para níveis superiores, a menos que práticas mais essenciais em níveis inferiores estejam totalmente incorporadas à atividade. As pesquisadoras concluem que auditores e partes interessadas devem comparar suas atividades

de auditoria interna com práticas essenciais que são destacadas no estudo tomando as medidas necessárias para melhorar o desempenho de suas auditorias.

Aqui no Brasil, Andrade (2018) verificou o nível de maturidade da atividade de auditoria interna exercida pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) a partir da aplicação do modelo IA-CM. Os resultados encontrados demonstraram que apenas 3 KPAs (7%) do modelo foram totalmente atingidos, 9 KPAs (22%) foram parcialmente alcançados e 29 KPAs (71%) não tiveram nenhuma atividade implementada. Os achados, também, indicam uma taxa total média de domínio das práticas de 18%.

Andrade (2018) conclui que o nível com maior atividade implementada foi o de número 2 (Infraestrutura), porém, não foi identificado a implementação de nenhuma atividade e “Gestão de desempenho e prestação de contas” cujo “KPA 7 - Orçamento operacional de auditoria” não apresentou o domínio de nenhuma. Dessa forma, de acordo com o modelo IA-CM, para alcançar um determinado nível de maturidade, é preciso que a auditoria institucionalize todos os KPAs abordados nos elementos do respectivo nível.

Por fim, Andrade (2018), considerou que o nível de maturidade da auditoria interna da CGE do Estado de Minas Gerais é o de número 1, classificado como “Inicial”. Nesse nível, a auditoria é considerada ad hoc, nem todos os processos são definidos e poucas práticas são executadas consistentemente, conforme o modelo IA-CM.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se define como uma pesquisa descritiva, aplicada entre os meses de março e setembro de 2020, que prevê em seu objetivo geral uma análise do nível de maturidade da Auditoria Interna da UnB à luz do indicador KPA 2.1, do IA-CM.

Os métodos utilizados foram a conferência de um *checklist* (Apêndice A), através de levantamento documental, que tem como objetivo verificar a existência das atividades essenciais para implementação do KPA 2.1, e entrevistas dirigidas (Apêndice B), roteirizadas e realizadas por videoconferências, realizadas com uma amostra intencional de 30% da equipe técnica de auditores da AUDIN da UnB, incluindo o Auditor Chefe, revelando-se adequada, não sendo necessária a arguição dos demais auditores, onde buscou-se confirmar a institucionalização das práticas inerentes ao indicador KPA 2.1.

A pesquisa realizada tem uma abordagem qualitativa do problema, pois ao realizar as verificações propostas, o trabalho deverá concluir se o KPA foi ou não dominado e institucionalizado na organização, demonstrando sua capacidade de realizar auditoria de conformidade e aderência de uma área, de um processo ou de um sistema específico a políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos, contratos ou outros requisitos que regem a condução da área, do processo ou do sistema sujeito à auditoria.

Para tanto, o estudo se apoia em evidências relacionadas aos processos desenvolvidos pela UAIG, os quais devem contribuir efetivamente para que:

- a. A auditoria proporcione garantia/asseguração de que a área, o processo ou o sistema avaliado opera em conformidade com as autoridades/critérios relevantes.
- b. A auditoria agregue valor ao identificar oportunidades de melhoria no alcance dos objetivos da organização e na eficácia das operações.
- c. A auditoria proporcione prevenção, dissuasão e detecção de atos ilegais ou violações de políticas, de procedimentos ou de requisitos de contrato estabelecidos.

Além disso, a pesquisa busca identificar pontos fortes e oportunidades particulares para melhoria e, sendo necessário aperfeiçoamento, emitir recomendação apropriada.

3.1. Detalhamento do Indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, do IA-CM

O Indicador KPA 2.1 tem como objetivo verificar a capacidade de uma unidade de auditoria interna em realizar uma auditoria de conformidade e de aderência de uma área, de um processo ou de um sistema específico a políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos, contratos ou outros requisitos que regem a condução da área, do processo ou do sistema sujeito à auditoria.

Quadro 1: Detalhamento do Indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, do IA-CM.

Atividades Essenciais			
1. Incluir no estatuto/regulamento da auditoria interna a natureza dos serviços de avaliação fornecidos à organização.	2. Planejar os trabalhos de auditoria interna:	3. Executar a auditoria:	4. Comunicar os resultados da auditoria:
	2.1. Comunicar-se com os gestores (por exemplo, por meio de uma carta de compromisso de auditoria).	3.1. Aplicar os procedimentos específicos de auditoria.	4.1. Preparar o relatório ou outro mecanismo para comunicar os resultados da auditoria.
	2.2. Identificar as autoridades/critérios relevantes.	3.2. Documentar os procedimentos executados e seus resultados.	4.2. Estabelecer e manter um sistema de monitoramento do atendimento das recomendações pelo gestor (por exemplo, processo de follow-up para avaliar se as ações tomadas pelos gestores foram efetivamente implementadas ou se a gestão aceitou o risco de não tomar nenhuma ação).
	2.3. Obter aceitação, por parte dos gestores, dos critérios de auditoria.	3.3. Avaliar as informações obtidas.	
	2.4. Documentar a estrutura de controle.	3.4. Chegar a conclusões específicas e elaborar recomendações.	
	2.5. Identificar e avaliar os riscos específicos da auditoria e revisar os controles-chave.		
	2.6. Identificar objetivos de auditoria, escopo e metodologia (incluindo método de amostragem).		

Atividades Essenciais			
-	2.7. Desenvolver o plano detalhado de auditoria.	-	-

Fonte: Modelo IA-CM.

3.2. Aplicação de Checklist do Indicador KPA 1 – Auditoria de conformidade, do Nível de capacidade 2 – Infraestrutura, na Auditoria Interna da UnB

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
1. O estatuto/regulamento da auditoria interna prevê a avaliação de conformidade como serviço a ser fornecido à organização?						
2. O conceito de serviço de avaliação de conformidade é coerente com referenciais ou normas técnicas geralmente aceitas?						
3. Existe fomento e disseminação dessa abordagem de auditoria?						
4. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a comunicação do trabalho de auditoria (incluindo objetivos e responsabilidades) ao gestor?						
5. Houve disseminação dessa prática/orientação?						
6. Os manuais e as orientações de auditoria preveem, no processo de planejamento de auditoria, a prévia identificação das autoridades (fontes regulamentadoras) e dos critérios de avaliação relevantes a serem utilizados?						
7. Houve disseminação dessa prática/orientação?						

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
8. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a discussão e/ou a obtenção da concordância dos gestores sobre os critérios de auditoria antes do início da execução do trabalho?						
9. Houve disseminação dessa prática/orientação?						
10. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a realização de levantamento da estrutura de controle?						
11. Os manuais e orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a realização de levantamento da estrutura de controle?						
13. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a realização de avaliação de riscos e de controles internos?						
14. Os manuais e orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a realização de avaliação de riscos e de controles internos?						
15. Houve disseminação de prática/orientação sobre abordagem de avaliação de riscos e de controles internos?						
16. Os manuais e as orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a identificação dos objetivos de auditoria, do escopo e da metodologia (incluindo método de amostragem)?						

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
17. Os manuais e as orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a definição de objetivos, de escopo, de técnicas e de metodologias a serem empregadas?						
18. Houve disseminação dessa prática/orientação?						
19. Os manuais e as orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a elaboração de um plano de auditoria detalhado?						
20. Os manuais e as orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a elaboração de um plano de auditoria detalhado?						
21. Houve disseminação dessa prática/orientação?						
22. Os manuais e as orientações de auditoria preveem, na fase de execução da auditoria, a aplicação dos procedimentos e dos exames específicos, conforme previsto na fase de planejamento?						
23. Os manuais e as orientações de auditoria preveem que os membros da equipe de auditoria atuem com ceticismo profissional e com objetividade?						
25. Os manuais e as orientações de auditoria preveem na fase de execução da auditoria a documentação da aplicação dos procedimentos específicos, conforme previstos na fase de planejamento?						
26. Houve disseminação dessa prática/orientação?						

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
27. Os manuais e as orientações de auditoria preveem, na fase de execução da auditoria, os processos de coleta e de análise de evidências adequadas e suficientes para suportar conclusões específicas?						
28. Houve disseminação dessa prática/orientação?						
29. -Os manuais e as orientações de auditoria preveem que se chegue, na fase de execução da auditoria, a conclusões específicas e, quando necessário, a recomendações apropriadas?						
30. Houve disseminação dessa prática/orientação?						
31. Os manuais e as orientações de auditoria preveem a comunicação clara dos resultados do trabalho?						
32. Houve disseminação dessa prática/orientação?						
33. A UAIG estabeleceu adequado processo para monitorar o atendimento das recomendações emitidas?						
34. Há sistemática de apuração de benefícios decorrentes das recomendações emitidas?						

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1. A Auditoria Interna da UnB

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade de Brasília foi criada, por ato do Conselho Diretor, em abril de 1986, como órgão de assessoramento do Conselho de Administração (CAD). Aprovou seu Regimento Interno (RI) em junho de 2019 e possui como objetos principais de trabalho a análise preventiva de atos administrativos e controle interno.

É constituída no seu corpo de membros, em sua grande maioria, cerca de 90%, composta por servidores públicos, auditores de carreira, sendo que há uma contadora que faz parte da equipe técnica de auditores. Duas servidoras, assistentes em administração, realizam o suporte administrativo e uma funcionária terceirizada desempenha a função de recepcionista.

No ano de 2019, foi estruturado o novo Planejamento Estratégico da Auditoria Interna (PEAUD), com vigência no período de 2019 a 2022. Dentre os tópicos mais relevantes do PEAUD, estão: a proposta de um novo Organograma; construção da Missão, Visão e Valores; a reavaliação dos Objetivos (vinculados ao Mapa Estratégico da UnB), Indicadores, Metas e Fórmula de Cálculo; e eixos de atuação balizados na consultoria e monitoramento, execução de auditorias e na avaliação de controles internos.

Destaca-se no PEAUD a definição da missão da AUDIN da UnB, que consiste em “adicionar valor aos processos de governança e gestão da Universidade de Brasília, de forma independente e objetiva, prestando serviços de consultorias e avaliação para melhorar a eficácia do gerenciamento de riscos, da integridade e dos controles internos”, sua visão de “ser referência nacional em agregar valor aos processos organizacionais entre as unidades singulares de Auditoria Interna das Universidades Federais” e seus valores, que são: “competência, confidencialidade, democracia, diálogo, integridade, objetividade”.

Estabelecido como meta no PEAUD, o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) está previsto no Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), do ano de 2019, sua implementação por estágios, sendo 20% ainda em 2019, 30% em 2020, 30% em 2021 e 20% em 2022, onde finaliza o ciclo do PEAUD. Cabe ressaltar que, desde o ano de 2014, a AUDIN da UnB publica seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), rigorosamente em todos os anos.

4.2. Análise descritiva dos dados

Partindo da premissa que esta pesquisa tem um enfoque qualitativo do problema, pois se define como um estudo descritivo, e utiliza uma metodologia participativa, tendo em vista a diversificação dos métodos e fontes, essa conjunção tem como objetivo promover maior qualidade para a pesquisa, visto que amplia diferentes perspectivas em contraponto à utilização de um método somente. Face o exposto, foram realizados um *checklist* (Apêndice A), através de uma análise documental, e entrevistas dirigidas (Apêndice B) com o Auditor Chefe da AUDIN da UnB e mais dois Auditores membros da equipe técnica.

A elaboração de um *checklist*, fundamentado no que prescreve o modelo IA-CM referente ao KPA 2.1 (item 3.1), teve como objetivo verificar a existência de evidências relevantes necessárias que sustentam a implementação do KPA em questão. O *checklist*, no suporte documental da AUDIN da UnB, foi particionado em verificações realizadas nos documentos publicados anterior e posterior ao ano de 2019, onde evidenciou-se uma mudança significativa, em decorrência da publicação do seu PEAUD, onde prevê a implementação do PGMQ, possibilitando a efetivação das práticas do KPA 2.1.

Verificou-se que o RI prevê a avaliação de conformidade como serviço a ser fornecido à organização. O conceito de serviço de avaliação de conformidade é coerente com referenciais ou normas técnicas geralmente aceitas, de acordo com o RI e RAINTE 2019. Há fomento e disseminação da auditoria de conformidade no PAINTE 2020, bem como a previsão no processo de planejamento de auditoria a comunicação do trabalho de auditoria (incluindo objetivos e responsabilidades) ao gestor, sendo feita sua disseminação.

Apurou-se, no PAINTE 2020, a previsão, durante o processo de planejamento de auditoria, da prévia identificação das autoridades (fontes regulamentadoras) e dos critérios de avaliação relevantes a serem utilizados. No mesmo PAINTE deste ano, prevê, durante o processo de planejamento de auditoria, a discussão e/ou a obtenção da concordância dos gestores sobre os critérios de auditoria antes do início da execução do trabalho, tal qual sua disseminação perante as partes interessadas.

Constatou-se no PAINTE do corrente ano, toda a estrutura de controle da AUDIN da UnB e o RI harmoniza entendimento e fornece subsídios para facilitar a realização de levantamento dessa estrutura de controle. No PAINTE 2020 há previsão de realizar avaliação de riscos e de controles internos no processo de planejamento de auditoria, assim como o entendimento e o fornecimento de subsídios para facilitar a realização dos mesmos, sendo

realizada sua divulgação.

Houve a confirmação no PAINTE 2020 da identificação dos objetivos de auditoria, do escopo e da metodologia (incluindo método de amostragem), no processo de planejamento da auditoria, como também a harmonização do entendimento e fornecimento de subsídios para facilitar a definição de objetivos, de escopo, de técnicas e de metodologias a serem empregadas, sendo difundidas.

O RI prescreve a elaboração de um plano de auditoria detalhado e favorece o entendimento fornecendo subsídios para facilitar a confecção do mesmo. No PAINTE 2020, consta, na fase de execução da auditoria, a aplicação dos procedimentos e dos exames específicos, conforme previsto na fase de planejamento e que os membros da equipe de auditoria atuem com ceticismo profissional e com objetividade, do mesmo modo que certifica na fase de execução da auditoria a documentação da aplicação dos procedimentos específicos, conforme previstos na fase de planejamento, tal qual toda a sua divulgação.

Observou-se no PAINTE 2020, na fase de execução da auditoria, que os processos de coleta e de análise de evidências são adequados e suficientes para suportar conclusões específicas, assim como a confirmação que se chegue, na fase de execução da auditoria, a conclusões específicas e, quando necessário, a recomendações apropriadas, ocorrendo sua disseminação.

É preconizado no RI a comunicação clara dos resultados do trabalho e verificou-se no PAINTE 2020 que a AUDIN da UnB estabeleceu adequado processo para monitorar o atendimento das recomendações emitidas, da mesma forma que há sistemática de apuração de benefícios decorrentes das recomendações emitidas, sendo que a disseminação dessas práticas e orientações foram realizadas através de publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e divulgação na Página Eletrônica da AUDIN.

A fase da entrevista foi realizada através de videoconferência, tendo em vista restrições impostas pela pandemia do coronavírus (Covid-19), contudo, o meio utilizado não apresentou qualquer restrição. As entrevistas dirigidas seguiram um roteiro pré-estabelecido, onde as questões foram elaboradas com a finalidade de confirmar a institucionalização das atividades essenciais a serem desenvolvidas para considerar o KPA 2.1 implementado, conforme item 3.1.

Pergunta 1 - A UAIG executa auditorias de conformidade?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

O PAINT estabelece um rol de auditorias, dentre esses trabalhos envolve auditoria de conformidade, contudo, o planejamento de cada auditoria segue seu escopo definido previamente.

Pergunta 2 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a comunicação do trabalho realizado (incluindo objetivos e responsabilidades) ao gestor?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

A partir do momento em que os auditores elaboram o Programa de Trabalho das auditorias previstas no PAINT e, após revisão e aprovação do Auditor Chefe, é encaminhado à alta administração e às áreas auditadas um memorando informando acerca da abertura dos trabalhos e o escopo da auditoria, sendo que neste memorando é solicitada uma primeira reunião para apresentar o trabalho que será desenvolvido.

Pergunta 3 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a identificação dos critérios relevantes e da discussão de sua adequação com a gestão?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

O planejamento de cada auditoria envolve o levantamento e uso por parte dos auditores de diversos relatórios, informações e itens relevantes ou riscos inerentes às auditorias durante a fase de planejamento dos trabalhos.

Consta no PAINT todo o mapeamento das expectativas da alta administração, bem

como critérios de criticidade, materialidade e relevância que formam uma grande matriz de risco.

Pergunta 4 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a concordância dos gestores com os critérios de auditoria antes do início da execução do trabalho?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

É realizada reunião preliminar com as áreas auditadas, onde é exposto o trabalho de auditoria a ser realizado.

Pergunta 5 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria o levantamento da estrutura de controle?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Cada auditoria, de forma individualizada, durante a etapa de planejamento são levantadas todas as informações pertinentes ao macroprocesso que será avaliado na Universidade, propiciando abrangência do processo como um todo e não somente um departamento específico dentro da estrutura organizacional da Instituição.

Pergunta 6 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a identificação e a avaliação dos riscos específicos a serem considerados no trabalho e a revisão dos principais controles?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Os auditores partem da matriz de riscos estabelecida no PAINT e a partir daí é elaborado o planejamento da auditoria. Porém, nada impede que seja realizada como uma

etapa individualizada do processo de planejamento de cada auditoria.

Pergunta 7 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a Identificação dos objetivos de auditoria, do escopo e da metodologia (incluindo método de amostragem)?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

É detalhado no programa de trabalho da auditoria e quando há amostragem, o auditor descreve o método utilizado.

Pergunta 8 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria um plano de auditoria detalhado?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Consta no Plano de Trabalho da auditoria a ser realizada.

Pergunta 9 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a realização dos procedimentos específicos de auditoria?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Durante a execução da auditoria são realizadas solicitações de auditorias, onde são enviadas para as áreas com o intuito de colher informações das quais não estavam disponíveis durante o processo de planejamento

Pergunta 10 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a evidenciação resultante da execução dos procedimentos específicos de auditoria?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Todos os procedimentos complementares que são relativos à execução dos testes de auditoria são documentados e considerados como papéis de trabalho, sendo colocados juntamente com os demais papéis da auditoria que está sendo realizada.

Pergunta 11 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria evidenciação suficiente e adequada das conclusões obtidas?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

As conclusões são partes integrantes dos achados e, a partir do momento em que os auditores executam a matriz de planejamento e inicia a fase de análise de toda documentação, esses achados são considerados como papéis de trabalho e dão suporte às conclusões da auditoria realizada.

Pergunta 12 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria as conclusões específicas e, quando necessário, recomendações apropriadas?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

É consignado no relatório preliminar de auditoria e, posteriormente, no relatório final.

Pergunta 13 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, existem evidências de comunicação/apresentação dos resultados de auditoria de forma a possibilitar a discussão ou a busca conjunta de soluções?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Após a emissão do relatório preliminar, na sequência, é marcada a reunião de trabalho com as áreas auditadas e, posteriormente, de uma forma colaborativa, os auditados podem até apresentar informações complementares. Após isso, o relatório final é emitido juntamente com a validação de um plano de ação pactuado pelas áreas.

Pergunta 14 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria comunicação clara dos resultados do trabalho?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Através dos relatórios preliminares e nos relatórios finais dos trabalhos de auditoria.

Pergunta 15 - Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, os resultados/relatórios documentados do trabalho de auditoria realizada foram fornecidos para as partes apropriadas?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

O fornecimento dos resultados para as partes apropriadas é feito através do relatório preliminar.

Pergunta 16 - O plano anual de auditoria interna prevê alocação de recursos para monitoramento das recomendações?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

A partir do ano 2019 foi implantado no planejamento anual um orçamento amplo, onde é detalhado todo o custo de auditoria, tanto o custo da força de trabalho como o custo operacional e o custo que não depende de vinculação direta do orçamento é demandado à alta administração sendo garantido de forma independente para a AUDIN.

Pergunta 17 - O monitoramento é realizado pela auditoria conforme previsto?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

É realizado pela AUDIN em ciclos de monitoramento, inclusive houve uma reestruturação da equipe de auditoria, sendo que há o fomento no sentido de que uma equipe terá o foco em consultoria e irá executar o monitoramento das recomendações da AUDIN, do TCU e da CGU, angariando bons resultados nos primeiros seis meses de implementação.

Pergunta 18 - A auditoria toma medidas cabíveis em caso de não atendimento tempestivo de recomendações?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

A AUDIN faz todo o monitoramento das suas recomendações pactuando e repactuando os prazos. Os casos menos críticos são demandados aos gestores de primeira linha através de reuniões informais, porém, a alta administração é informada dos casos mais críticos e das situações mais sensíveis.

Pergunta 19 - São aferidos/registrados os benefícios decorrentes das recomendações emitidas?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

A partir do RAINTE 2019, em seu Anexo B, é detalhado todo o processo de contabilização de benefícios, acatando exigência da CGU.

Pergunta 20 - As informações decorrentes do monitoramento das recomendações de auditoria são utilizadas como insumo para o planejamento das atividades da UAIG?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

São utilizadas também como insumo para cada uma das auditorias, pois ao planejar cada auditoria, é de competências dos auditores realizarem uma revisão das recomendações inerentes aos processos a serem auditados.

Pergunta 21 - Os casos de encerramento do monitoramento, quando não atendida a recomendação, são baseados em termo de aceitação do risco pelo gestor responsável?

Entrevistado	Sim	Não	Em parte
Auditor Chefe	X		
Auditor 1	X		
Auditor 2	X		

Será encaminhado para a alta administração um documento padrão para conhecimento, porém, não houve registro de caso dessa magnitude na AUDIN da UnB.

A presente pesquisa busca responder à questão do nível de maturidade da AUDIN da UnB à luz do KPA 2.1 e, ao descrever os dados apresentados na análise documental e nas entrevistas dirigidas por videoconferência, cumpre com seu objetivo geral de realizar a análise e, seus objetivos específicos, que são os de conhecer, detectar e indicar quais práticas e procedimentos de auditoria do indicador KPA 2.1.

O atingimento do nível 2 de maturidade de uma AUDIN tem como principal desafio o estabelecimento e a manutenção dos processos e procedimentos repetíveis, ou seja, ser sustentável. Deve haver conformidade com as normas vigentes e os procedimentos e práticas profissionais sejam documentados, segundo o IIARF (2009). Portanto, os dados levantados corroboram com as expectativas.

A confecção de relatórios preliminares, relatórios finais, reuniões, comunicação com a alta administração e demais processos e procedimentos que se mostram repetíveis, confirma sua sustentabilidade como uma AUDIN. Ao examinar o PAINT 2019, o RI e o PEAUD da AUDIN da UnB, verifica-se uma convergência com as normas vigentes, tal qual a documentação dos procedimentos e práticas profissionais.

Cabe enfatizar a grande evolução no conteúdo do PAINT e RAIINT do ano de 2019 em relação aos dos anos anteriores, muito em decorrência da aprovação do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, a IN 3. Da mesma forma que foi produzido o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (capacitação) e o PGMQ, previsto no Planejamento Estratégico 2019-2022, da AUDIN da UnB.

A amostra intencional, ou seja, não-probabilística, de 30% dos auditores, incluindo o Auditor Chefe, que realizaram as entrevistas dirigidas se mostrou satisfatória. Não houve necessidade de abordagem de todos os auditores elegíveis, tendo em vista o processo de amostragem por saturação teórica: quando interrompe-se a coleta de dados ao se constatar que elementos novos para subsidiar a teorização almejada não são mais apreendidos a partir do campo de observação, segundo Fontanella, Luchesi, Saidel, Ricas, Turato e Melo (2011).

A ferramenta utilizada para a realização das entrevistas dirigidas, por videoconferência, atingiu de forma satisfatória a finalidade do método. Os auditores se mostraram dispostos a cooperarem com a pesquisa e responderam todos os questionamentos de forma espontânea, agregando confiabilidade no levantamento das informações.

Conforme transcrito nas respostas e nos relatos dos auditores, nota-se o compromisso com o desempenho da AUDIN, onde citam políticas organizacionais de desenvolvimento e o apoio da Alta Administração. Por fim, identifica-se que há uma averiguação contínua para garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos (IIARF, 2009). Com isso, pode-se confirmar a institucionalização das práticas inerentes ao indicador KPA 2.1.

Em suma, a análise realizada das práticas e procedimentos de auditoria do indicador KPA 2.1 alcança o objetivo geral do presente estudo, bem como os objetivos específicos, onde os dados apresentados refletem o conhecimento, a detecção e a indicação de quais são as práticas e procedimentos de auditoria do indicador KPA 2.1.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do controle interno nos órgãos da Administração Pública Federal se torna imprescindível após a realização de pesquisas como esta, especificamente nas Universidades Federais. O apoio de instituições como o Banco Mundial, no desenvolvimento de um modelo universal de avaliação de capacidades como o IA-CM, e o CONACI, na adoção do modelo como referencial metodológico de avaliação da atividade de auditoria interna de seus órgãos integrantes, é fundamental para o alcance da maturidade das auditorias internas das UAIG.

Nesse cenário, o presente estudo atingiu seu objetivo ao avaliar o nível de maturidade à luz do indicador (KPA) 2.1 – Auditoria de Conformidade, do IA-CM, na UAIG da UnB, contribuindo diretamente com o seu PGMQ.

Por meio dos métodos utilizados, tal como, a realização de levantamento documental através de um *checklist*, e a execução de entrevistas dirigidas com Auditores membros da equipe técnica da AUDIN da UnB, alcançou-se, também, os objetivos específicos de conhecer, detectar e indicar as práticas e procedimentos do KPA 2.1, não sendo observadas limitações relevantes nos estudos produzidos.

Tal achado indica que a auditoria interna da UnB domina o KPA 2.1 e, com isso, deverá torná-lo sustentável e repetível para incorporar tais atividades em sua cultura organizacional. Uma base de práticas foi estabelecida ao implementar o indicador em seu nível de maturidade, manter-se nele é fundamental para que se atinja o próximo estágio. As características comuns apresentadas durante a avaliação apresentam os meios para implementar e garantir a sustentabilidade do KPA, compreendendo o compromisso com o desempenho, com a capacidade de execução das atividades realizadas, com a medição e verificação (IIARF, 2009).

Esta pesquisa contribui diretamente para o desenvolvimento do modelo IA-CM no Brasil e dá condições para que futuras pesquisas realizem o confrontamento entre as UAIG das Universidades Federais brasileiras, procurando sempre identificar os óbices e oportunidades de melhoria de suas competências, com o propósito de que a sociedade, como um todo, se beneficie.

É de suma importância que novas pesquisas sejam produzidas com o intuito de verificar a maturação do parâmetro atingido, bem como o estabelecimento da cultura

resultante dos comportamentos, atitudes e processos proporcionados pelo produto entregue pela auditoria interna da UnB. Todavia, este produto deverá atender todas as expectativas das partes interessadas e os preceitos contidos nas normas internacionais que regulamentam a prática profissional de auditoria interna.

REFERÊNCIAS

Andrade, Fernanda Costa de. Atividade de auditoria interna da Controladoria-Geral do estado de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2018.

Beuren, I. M. (2014). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm.

Decreto nº 3.591, de 06 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o sistema de controle interno do poder executivo federal e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3591.htm.

Fontanella, Bruno Jose Barcellos; Luchesi, Bruna Moretti; Saidel, Maria Giovana Borges; Ricas, Janete; Turato, Egberto Ribeiro; Melo, Débora Gusmão. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. Caderno de Saúde Pública. Fev 2011, Rio de Janeiro, 27(2):389-394.

Heinz, Gabriela; Alves, Edenilce Bittencourt; Roratto, Rodrigo; Dias, Evandro Dotto. Riscos orçamentários na administração universitária: um estudo de caso no setor público. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas). Dez 2019, Volume 24, Nº 3. Páginas 699 – 721.

Macrae, Elizabeth. A framework for audit evolution. Internal Auditor, 67(1), 68-69. 2010. Disponível em: <https://dl.theiia.org/ACGAPublic/IA-CM-Ia-Online-Article.pdf>.

Macrae, Elizabeth; Van Gils, Diane. Internal Audit Capabilities and Performance Levels in the Public Sector. 2014. Disponível em: <https://www.interniaudit.cz/download/novinky/Internal-Audit-Capabilities-and-Performance-Levels-in-the-Public-Sector.pdf>.

Marçola, Célia. Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública. Revista do Serviço Público. Brasília. 62 (1): 75-87 Jan/Mar, 2011.

Marinho, L. L. C. A implementação da atividade de auditoria interna no executivo federal brasileiro. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia. 2017.

Mendes, Nara Cristina Ferreira. O absentéismo nas organizações: um estudo na Administração Pública Federal brasileira. 2019. 107 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44968>.

Monteiro, Renato Pereira. Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação. Revista Contemporânea de Contabilidade, vol. 12, núm. 25, janeiro-abril, 2015, pp. 159-188. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, Brasil.

Resolução do Conselho de Administração da UnB nº 0021/2019. Aprova o Regimento Interno e define o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna na Universidade de Brasília. Disponível em: [http://auditoria.unb.br/images/RIAUD/5 - Resoluo CAD 021-2019 - Regimento Interno da AUD.pdf](http://auditoria.unb.br/images/RIAUD/5_-_Resoluo_CAD_021-2019_-_Regimento_Interno_da_AUD.pdf).

Resolução do Conselho Nacional do Controle Interno (CONACI) nº 006/2019. Aprova o modelo IA-CM (Internal Audit Capability Model) como referencial metodológico no âmbito

do Conselho Nacional de Controle Interno. Disponível em:
<http://www.conaci.org.br/app/webroot/files/editor/files/resolucao-conaci-n-006-2019-2.pdf>

Rodrigues, Rubens Carlos. A Atuação da auditoria interna nas universidades federais brasileiras. 2017. 176 f. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2017.

S. Machado, S. Serra e P. Gomes (2017). Auditoria interna nas instituições públicas de ensino superior: Estudo empírico no contexto português. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-journal*, 29, 31-48. doi: 10.18089/DAMeJ.2017.29.2

Sousa, Natália Gonçalves de; Ritter, Maria Marlúcia Nunes; Costa, Abimael de Jesus Barros. A eficácia das auditorias internas nas universidades federais brasileiras. In: Congresso Internacional de Contabilidade Pública, 2., 2019, Lisboa.

The Institute of Internal Auditors (IIA). (2006). *The Role of Auditing in Public Sector Governance*. IIA, November.

The Institute of Internal Auditors (IIA). (2012). *Normas Internacionais para a prática profissional de auditoria interna*. [S. l.]. Recuperado de <https://na.theiia.org/standards-guidance/Public%20Documents/IPPF%202013%20Portuguese.pdf>.

The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IARF). (2009). *Internal audit capability model (IA-CM) for the public sector: overview and application guide*. Altamonte Springs.

The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IARF). (2013). *As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles*. Recuperado de <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/palestras-e-apresentacoes/2-complemento-papeis-das-areas-de-gestao-de-riscos-controles-internos-e-auditoria-interna.pdf>

The World Bank & Conselho Nacional de Controle Interno. (2016). *Validação Independente da Auto-avaliação IA-CM da Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF)*. Recuperado de http://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Validacao-Independente-da-Autoavaliacao_IACM-CGDF-17_04_2017-final.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A - CHECKLIST DO INDICADOR KPA 1 – AUDITORIA DE CONFORMIDADE, DO NÍVEL DE CAPACIDADE 2 – INFRAESTRUTURA, DO IA-CM.

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
1. O estatuto/regulamento da auditoria interna prevê a avaliação de conformidade como serviço a ser fornecido à organização?	X		§2º, Art. 2º, Cap. I; e Inc. I, Art. 6º, Cap. IV. Tudo do RI.	X		AÇÃO 03 - Acompanhamento da Implementação das Recomendações e Determinações dos Órgãos de Controle - CGU e TCU do PAINT 2014.
2. O conceito de serviço de avaliação de conformidade é coerente com referenciais ou normas técnicas geralmente aceitas?	X		Inc. I, Art. 6º, Cap. IV, do RI; e Item 5.1 do RAINT 2019.	X		Objetivos da Auditoria e Escopo do Trabalho da Ação 3 do PAINT 2014.
3. Existe fomento e disseminação dessa abordagem de auditoria?	X		Apêndice E, do PAINT 2020.	X		PAINT 2014.
4. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a comunicação do trabalho de auditoria (incluindo objetivos e responsabilidades) ao gestor?	X		§ único do Art. 1º; e Inc. XII, Art. 6º do Cap IV. Tudo do PAINT 2020.		X	-
5. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.		X	-
6. Os manuais e as orientações de auditoria preveem, no processo de planejamento de auditoria, a prévia identificação das autoridades (fontes regulamentadoras) e dos critérios de avaliação relevantes a serem utilizados?	X		Pág. 3 do PAINT 2020.	X		Item II do PAINT 2018.
7. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.	X		PAINT 2018.

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
8. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a discussão e/ou a obtenção da concordância dos gestores sobre os critérios de auditoria antes do início da execução do trabalho?	X		Item 4 do PAINT 2020		X	-
9. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.		X	-
10. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a realização de levantamento da estrutura de controle?	X		Apêndice E do PAINT 2020.		X	-
11. Os manuais e orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a realização de levantamento da estrutura de controle?	X		Art. 10 do RI.		X	-
13. Os manuais e orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a realização de avaliação de riscos e de controles internos?	X		Apêndice A do PAINT 2020.	X		Anexo I do PAINT 2018.
14. Os manuais e orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a realização de avaliação de riscos e de controles internos?	X		Item 1 e Apêndice A do PAINT 2020.	X		Anexo I do PAINT 2018.
15. Houve disseminação de prática/orientação sobre abordagem de avaliação de riscos e de controles internos?	X		Item 1 e Apêndice A do PAINT 2020.	X		PAINT 2018.

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
16. Os manuais e as orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a identificação dos objetivos de auditoria, do escopo e da metodologia (incluindo método de amostragem)?	X		Objetivos/Escoço previstos no Apêndice E – Cronograma de Execução das Ações do PAINT 2020.	X		Item I do PAINT 2014.
17. Os manuais e as orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a definição de objetivos, de escopo, de técnicas e de metodologias a serem empregadas?	X		Objetivos/Escoço previstos no Apêndice E – Cronograma de Execução das Ações do PAINT 2020.	X		Item I do PAINT 2014.
18. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.	X		PAINT 2014.
19. Os manuais e as orientações de auditoria preveem no processo de planejamento de auditoria a elaboração de um plano de auditoria detalhado?	X		Inc. XV, Art. 6º, Cap. IV do RI.		X	-
20. Os manuais e as orientações de auditoria harmonizam entendimento e fornecem subsídios para facilitar a elaboração de um plano de auditoria detalhado?	X		Inc. XV, Art. 6º, Cap. IV do RI.		X	-
21. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.		X	-

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
22. Os manuais e as orientações de auditoria preveem, na fase de execução da auditoria, a aplicação dos procedimentos e dos exames específicos, conforme previsto na fase de planejamento?	X		Apêndice E – Cronograma de Execução das Ações do PAINT 2020.		X	-
23. Os manuais e as orientações de auditoria preveem que os membros da equipe de auditoria atuem com ceticismo profissional e com objetividade?	X		Inc. X, Art 8º, Cap IV do PAINT 2020.		X	-
25. Os manuais e as orientações de auditoria preveem na fase de execução da auditoria a documentação da aplicação dos procedimentos específicos, conforme previstos na fase de planejamento?	X		Objetivos/Esopo previstos no Apêndice E – Cronograma de Execução das Ações do PAINT 2020.		X	-
26. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.		X	-
27. Os manuais e as orientações de auditoria preveem, na fase de execução da auditoria, os processos de coleta e de análise de evidências adequadas e suficientes para suportar conclusões específicas?	X		Apêndice A do PAINT 2020.		X	-
28. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.		X	-

Verificações Propostas	A partir de 2019		Observações	Anterior à 2019		Observações
	Sim	Não		Sim	Não	
29. Os manuais e as orientações de auditoria preveem que se chegue, na fase de execução da auditoria, a conclusões específicas e, quando necessário, a recomendações apropriadas?	X		Apêndice E – Cronograma de Execução das Ações do PAINT 2020.		X	-
30. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.		X	-
31. Os manuais e as orientações de auditoria preveem a comunicação clara dos resultados do trabalho?	X		Inc. XII, Art 6º, Cap. IV do RI.		X	-
32. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		Publicação no Boletim de Atos Oficiais da UnB e Divulgação na Página Eletrônica da AUD.		X	-
33. A UAIG estabeleceu adequado processo para monitorar o atendimento das recomendações emitidas?	X		Item 8 do PAINT 2020.		X	-
34. Há sistemática de apuração de benefícios decorrentes das recomendações emitidas?	X		Item 8 do PAINT 2020.		X	-

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO INDICADOR KPA 1 – AUDITORIA DE CONFORMIDADE, DO NÍVEL DE CAPACIDADE 2 – INFRAESTRUTURA, DO IA-CM.

Verificações Propostas	Sim	Não	Observações
1. A UAIG executa auditorias de conformidade?			
2. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a comunicação do trabalho realizado (incluindo objetivos e responsabilidades) ao gestor?			
3. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a identificação dos critérios relevantes e da discussão de sua adequação com a gestão?			
4. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a concordância dos gestores com os critérios de auditoria antes do início da execução do trabalho?			
5. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria o levantamento da estrutura de controle?			
6. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a identificação e a avaliação dos riscos específicos a serem considerados no trabalho e a revisão dos principais controles?			
7. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a Identificação dos objetivos de auditoria, do escopo e da metodologia (incluindo método de amostragem)?			
8. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria um plano de auditoria detalhado?			
9. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a realização dos procedimentos específicos de auditoria?			
10. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria a evidenciação resultante da execução dos procedimentos específicos de auditoria?			
11. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria evidenciação suficiente e adequada das conclusões obtidas?			

Verificações Propostas	Sim	Não	Observações
12. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria as conclusões específicas e, quando necessário, recomendações apropriadas?			
13. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, existem evidências de comunicação/apresentação dos resultados de auditoria de forma a possibilitar a discussão ou a busca conjunta de soluções?			
14. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, consta na documentação de auditoria comunicação clara dos resultados do trabalho?			
15. Por meio de revisão amostral de trabalhos de auditoria concluídos, os resultados/relatórios documentados do trabalho de auditoria realizada foram fornecidos para as partes apropriadas?			
16. O plano anual de auditoria interna prevê alocação de recursos para monitoramento das recomendações?			
17. O monitoramento é realizado pela auditoria conforme previsto?			
18. A auditoria toma medidas cabíveis em caso de não atendimento tempestivo de recomendações?			
19. São aferidos/registrados os benefícios decorrentes das recomendações emitidas?			
20. As informações decorrentes do monitoramento das recomendações de auditoria são utilizadas como insumo para o planejamento das atividades da UAIG?			
21. Os casos de encerramento do monitoramento, quando não atendida a recomendação, são baseados em termo de aceitação do risco pelo gestor responsável?			